

OFICINA PRÁTICA DE REDAÇÃO JURÍDICA SIMPLES: COMO ENTENDER E APLICAR

(Turma-Piloto 1º Grau)

DATA/PERÍODO	02-09-2025 (3ª-feira)		
HORÁRIO	14h às 17h		
FORMATO	Oficina		
MODALIDADE	Presencial		
DIÁRIAS	Não há previsão de pagamento de diárias às pessoas participantes. Despesas com deslocamento poderão ser ressarcidas, conforme <u>orientações disponíveis aqui</u> .		
LOCAL	Auditório do Foro Trabalhista de Taquara (Rua da Federação, 1870).		
DOCENTE	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Docente	LARA GOBHARDT MARTINS BORGES FORTES	Licenciada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduada em Direito Administrativo pela LFG – Anhanguera, com artigo intitulado “A concretização do princípio da Publicidade pela simplificação da linguagem”. Foi professora de Inglês em instituições privadas de ensino e revisora de textos em editoras, até seu ingresso como servidora no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em 2009. Trabalhou no Protocolo-Geral das Varas, na 15ª Vara do Trabalho, no Cerimonial, na Secretaria-Geral da Presidência e, atualmente, na Escola Judicial. Congrega suas atividades com projetos em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Comunicação Social e outras áreas do Tribunal. Entre eles, a elaboração do Manual de Redação e Padronização de Textos do TRT4 e o desenvolvimento de cursos em formato EaD relacionados à linguagem jurídica. Já participou como banca de concurso para seleção de estagiários do Tribunal e do trabalho como revisora de textos diversos. É autora da coluna “Na ponta da Língua”, no Portal de Comunicação Interna do Tribunal – VOX, onde dá dicas de Língua Portuguesa e redação jurídica, com o foco na simplificação da linguagem. Integra o grupo de trabalho do Projeto Estratégico “Linguagem Simples”, do TRT4.
PÚBLICO-ALVO	Servidores e servidoras lotados(as) nas Varas do Trabalho de Taquara.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	No máximo, 30 (trinta).		
CARGA HORÁRIA	3 horas-aula		
JUSTIFICATIVA	A realização da Oficina Prática de Redação Jurídica Simples é uma ação estratégica que se		

	<p>alinha diretamente ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse pacto tem como objetivo tornar a linguagem jurídica mais clara, acessível e centrada nas pessoas usuárias da Justiça, combatendo a linguagem excessivamente técnica e rebuscada e fortalecendo o direito à compreensão.</p> <p>Embora a linguagem técnica tenha seu papel no ambiente jurídico, ela não pode ser um obstáculo à comunicação. No cotidiano dos tribunais, advogados(as), magistrados(as), servidores(as) e demais pessoas operadoras do Direito enfrentam o desafio de redigir textos compreensíveis sem abrir mão da precisão. Nesse contexto, a escrita clara não é apenas uma exigência ética e democrática, mas também uma ferramenta de trabalho mais eficaz, que contribui para decisões mais bem fundamentadas, comunicações oficiais mais transparentes e processos judiciais mais eficientes.</p> <p>A oficina propõe justamente um espaço de prática e reflexão sobre como simplificar a linguagem jurídica sem perder conteúdo ou rigor técnico, com foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No usuário do sistema de justiça, que tem direito de entender o que lhe é comunicado ou decidido; • Nos profissionais do Direito, que precisam se comunicar com clareza entre si e com a sociedade, reduzindo retrabalho, dúvidas e interpretações equivocadas; • Na gestão judiciária, que pode se beneficiar com maior celeridade, padronização eficiente e economia de recursos. <p>Mais do que uma capacitação, a oficina será um exercício prático de mudança de cultura, estimulando uma nova postura na produção de documentos jurídicos: mais empática, mais acessível e mais funcional.</p> <p>Investir em linguagem simples não é apenas cumprir uma diretriz institucional. É valorizar as pessoas que compõem o sistema de justiça e respeitar as que dele dependem. A oficina é, portanto, uma resposta concreta ao chamado do CNJ e uma oportunidade de transformar a comunicação jurídica em um instrumento de inclusão, efetividade e cidadania.</p>
EMENTA	Língua e Linguagem. Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Linguagem Simples. Resistências Culturais. Linguagem Simples: O que é/o que não é. Pressupostos e Diretrizes da Linguagem Simples. Exercícios Práticos. Ferramentas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Língua e Linguagem 2. Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Linguagem Simples 3. Resistências Culturais 4. Linguagem Simples: O que é/o que não é 5. Pressupostos e Diretrizes da Linguagem Simples 6. Exercícios Práticos 7. Ferramentas úteis
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a diferença entre língua, linguagem e discurso, reconhecendo seu impacto na comunicação jurídica. 2. Analisar o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e suas implicações práticas no sistema de justiça. 3. Identificar barreiras culturais e institucionais que dificultam a adoção da linguagem simples no meio jurídico. 4. Desconstruir mitos sobre a relação entre linguagem simples e perda de rigor técnico. 5. Definir com precisão o que é e o que não é linguagem simples no contexto jurídico. 6. Aplicar os pressupostos e diretrizes da linguagem simples em textos institucionais e jurídicos. 7. Reescrever trechos jurídicos complexos, tornando-os mais claros, objetivos e acessíveis. 8. Desenvolver estratégias para adaptar a linguagem ao perfil do público-alvo sem comprometer a técnica. 9. Estimular uma postura crítica e empática na produção de textos jurídicos, com foco no usuário da informação.
METODOLOGIA	Aula expositivo-dialogada, com o uso de metodologias ativas, para a resolução de casos reais

	com reescrita de textos jurídicos complexos, e dinâmicas colaborativas, como revisão em dupla ou trios, para promover troca de experiências. Antes da atividade, as unidades deverão encaminhar amostras de documentos e textos, para análise da docente e preparação da atividade prática da oficina, para o melhor direcionamento da atividade. Ao final, serão implementados exercícios práticos guiados, que consolidam os conceitos por meio da aplicação direta das ferramentas apresentadas.
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação de aprendizagem durante a própria atividade, via exercício prático e participação. - Avaliação de reação após o evento.
CERTIFICAÇÃO	A certificação será condicionada à frequência mínima de 75% para servidores(as) e integral para magistrados(as).
FINALIDADES	Magistrados(as): Formação Continuada; Promoção por Merecimento. Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção.
BIBLIOGRAFIA	<p>ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Busca no vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.</p> <p>BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2018. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf</p> <p>BRUM, Débora. Comunicação Assertiva: Aprenda a Arte de Falar e Influenciar. Porto Alegre: Literare Books International, 2021.</p> <p>CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.</p> <p>CUNHA, Celso. Gramática do português contemporâneo. 2. ed. de bolso. Organização: Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Lexicon; Porto Alegre: L&PM, 2008.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>PAIVA, Marcelo. Português jurídico. 10. ed. Brasília: Instituto Educere, 2015.</p> <p>RIBEIRO, Luis José de Jesus. A linguagem do Direito. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, v.32, n. 62, p.74, jan./jun. 1999.</p>
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.



***Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº
10 - Redução de Desigualdades
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes***



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

- [!\[\]\(4c660a3c4ce1da3313488b7854f55083_img.jpg\) 1\) Público Interno do TRT4 - Magistrados\(as\) e Servidores\(as\), inclusive aposentados\(as\);](#)
- [!\[\]\(f01c435bb39e3068a9b4895c9a993158_img.jpg\) 2\) Público Externo.](#)

CURRÍCULO COMPLETO

<http://lattes.cnpq.br/6997121342277161>